



Nirleide Dantas Lopes¹

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA –UFPB/ E-MAIL: NIRLEIDED@GMAIL.COM

RESUMO: Este artigo deriva de revisão bibliográfica, e tem como objetivo problematizar e contribuir, brevemente para a compreensão do enredamento entre os elementos que compõe a relação: mulher, trabalho e a saúde no Brasil. Inicialmente, apresentamos uma sucinta discussão a respeito da inserção e relação das mulheres no mundo do trabalho, levando em consideração as desigualdades entre mulheres e homens nesses espaços. Por conseguinte, fizemos uma abordagem geral da saúde das trabalhadoras, considerando algumas condições impostas a essas, apenas por sua condição de mulher. Em direção de fundamentar o debate, utilizamos como base, no sentido de melhor explicar os problemas em torno da saúde da mulher na atual condição de trabalho, os princípios e as diretrizes da Política Nacional de atenção integral à saúde das mulheres (PNAISM) e o protocolo da atenção básica da saúde das mulheres. Dessa forma, o trabalho que se apresenta visa a contribuir como subsídio teórico para promover atenção à saúde da mulher trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da mulher, Trabalho, Desigualdade de gênero.

¹ Bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, mestranda em Serviço Social – UFPB, pesquisadora e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).



1- INTRODUÇÃO

No atual contexto brasileiro de instabilidade, desemprego e precarização das políticas públicas tais como: Saúde, educação e Assistência social as mulheres, em especial as trabalhadoras, são as mais prejudicadas se levarmos em consideração sua dupla, tripla ou quádrupla, jornada de trabalho, aliada a opressão e as múltiplas formas de violência vivida por elas.

Nessas condições o trabalho realizado pela mulher se apresenta como extenuante, pois apesar de todos esses problemas elencados a cima ela ainda enfrenta assédio sexual e moral, assim como preconceitos quando se trata da maternidade, Já que a presença das mulheres no mundo do trabalho é determinada pela forma como elas conciliam o trabalho assalariado, função na família, trabalho doméstico e cuidado com os filhos.

Dessa forma, é certo que ela terá sua saúde mais comprometida que a do homem e os seus problemas de saúde, decorrente dessa forma de trabalho, terão certas particularidades e complexidades e os diferenciam das dos homens, pois, produzem depressão, estresse e outras doenças.

Neste trabalho, apontaremos alguns fatores que contribuem para os agravos da saúde e para o adoecimento da mulher no mercado de trabalho e um pouco das doenças tidas como “invisíveis” a partir de uma abordagem geral da saúde das trabalhadoras.

À vista disso, deve-se observar que o presente trabalho teórico se justifica, visto que é necessário criar ações no sentido de qualificar os profissionais da saúde para o atendimento a essas demandas, pois muitos ainda têm dificuldades na abordagem de questões relativas aos problemas em torno do gênero feminino frente aos ditames do mercado de trabalho.

2- METODOLOGIA

O trabalho resulta de revisão bibliográfica e documental a partir de análises das mais relevantes contribuições teóricas, nacionais e internacionais, pertinentes a discussão da saúde da mulher na qual o acesso foi realizado através de consultas a bibliografias, físicas e eletrônicas, bem como a periódicos disponíveis online e recursos oriundos de acervo pessoal. No que se refere à documental a pesquisa teve como base as diretrizes da Política Nacional de atenção



integral à saúde das mulheres (PNAISM) e o protocolo da atenção básica da saúde das mulheres, assim como dados do Centro de Referência Regional em Saúde do Trabalhador – CEREST/PB. Esses dados retratam os problemas em torno da saúde da mulher trabalhadora no Brasil.

No intuito de correlacionar o trabalho com o universo teórico, optou-se pelo uso da teoria socialista da emancipação feminina para interpretação dos dados e fatos levantados, através da idéia que a emancipação da mulher é parte da emancipação humana, considerando sua condição de exploração e opressão na sociedade capitalista.

3-RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Considerações a respeito da inserção da mulher no mercado de trabalho

Com a divisão sexual do trabalho o homem adquiriu o poder central nas relações trabalhistas e a mulher o desprezado que segundo Alambert (1997):

A mulher tornou-se a primeira escrava do homem. Ela, que antes trabalhava para todo

grupo, passou a trabalhar apenas para um homem. Acabou sua liberdade sexual. O homem queria ter uma mulher só para ele, para ter certeza de que seus filhos, aqueles que deveriam receber sua herança, eram seus legítimos (p. 26).

Percebe-se, então que é com o surgimento da manufatura no lugar do artesanal, trabalho feito com grande participação das mulheres, que esse processo é feito com a exploração dos setores mais oprimidos como é o caso da mulher.

Nesse momento cresce um grande número das profissões ditas femininas, sem prestígio e desvalorizadas, além do que as profissões ditas masculinas eram proibidas as mulheres.

É com base nessa realidade que no capitalismo contemporâneo, por volta da segunda metade do século XIX que algumas teorias socialistas começam a ganhar corpo, como é o caso das influências de Marx e Engels na sua “*A sagrada família*” reconhece que a “questão feminina também é uma questão social”

A entrada da mulher no mercado de trabalho não fez dela uma mulher emancipada, pois elas trabalhavam em degradantes condições, sob carga horária exaustiva e eram desprovidas de qualquer



direito. Mediante dessas péssimas condições de trabalhos, muitas trabalhadoras se juntaram no intuito de reivindicar melhores condições de vida e de trabalho, baseados no socialismo utópico. O movimento socialista demorou a aceitar a pauta das mulheres como bandeira de luta do movimento, assim como afirma Mitchell (2006):

Talvez nenhum outro tema tenha sido tão esquecido. Na Inglaterra, a herança cultural do puritanismo, sempre forte na esquerda, contribuiu para a difusão de crenças essencialmente conservadoras entre muitos que, de outra forma, incluir-se-iam entre os “progressistas” (p.204).

Com base no exposto acima é importante lembrar que as mulheres tiveram forte participação várias revoluções, mas muitas vezes não são lembradas por isso, como é o caso da Revolução Francesa (1789) e a Revolução Russa (1917). Na Revolução Russa, as mulheres tiveram grandes modificações na sua condição de vida, mas sua situação de opressão e de inferioridade em relação ao homem permaneceu intocada, diante disso é importante fazer a seguinte pergunta: Será que a libertação da mulher só será possível por meio da Revolução socialista, numa sociedade sem classes? O projeto político de libertação das mulheres é muito complexo, já que não basta transformar

apenas a estrutura do modo de produção como afirma Alambert (1997):

O fundamental é mudar o modo de produção e refazer toda estrutura psicológica e cultural da sociedade; construir a individualidade da mulher, à qual cabe importante papel nesse processo (p. 67).

No que se refere à proteção da mulher ao trabalho, esta é garantida pela Constituição Federal de 1988 (artigo 5, inciso I) e pelo artigo 7 (inciso XX), em que dispõe sobre os direitos dos trabalhadores e enfatiza a proteção do trabalho da mulher. A consolidação das Leis do Trabalho, por sua vez, assegura à mulher a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. Ela visa assegurar o permanente acesso das mulheres no mercado de trabalho. (artigos 372 a 401 CLT). A consolidação elenca alguns temas sobre o trabalho da mulher, são eles: Salário da mulher, Duração e condições de trabalho, trabalho noturno, períodos de descanso, métodos e locais de trabalho, proteção à maternidade.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho é estudada por muitas feministas e pessoas não feministas como algo positivo, no sentido de que esse acontecimento acarretou em autonomia para as mulheres. Avalia-se como positivo também o fato de que as



mulheres assalariadas passam a dividir as despesas da família com o seu companheiro e assim podem ter voz na família.

Se avaliarmos esse fato superficialmente, ou seja, sem considerar às condições cujas qual esse grupo social passou a realizar atividade remunerada, negando as contradições impostas pelo sistema e sustentação da lógica patriarcal, realmente, não passaremos de uma noção analítica, mas se considerarmos esse acontecimento a partir do quadro teórico materialista, veremos que apesar disso as mulheres ocuparam empregos precários, mal remuneração sem contar com a tripla jornada de trabalho. Como afirma Juteau e Laurin:

A apropriação privada e a apropriação coletiva das mulheres não são contraditórias, mas tornam-se fracamente solidárias uma em relação à outra. As condições do assalariamento das mulheres são tais que elas devem, além de trabalhar fora de casa, permanecer a serviço dos homens na família, de modo a garantir sua subsistência e a de seus filhos. Em retorno, o peso das cargas domésticas e familiares faz delas recrutas ideais para esse mercado de trabalho. (JUTEAU E LAURIN, 1988, p.199 apud FALQUET, 2012, p.37).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho foi funcional ao capitalismo em uma determinada época. Nas últimas décadas, presencia-se a concentração em

determinadas áreas, ou profissões ditas femininas. Como é o caso do serviço social, profissão majoritariamente constituída por mulheres, vinculada a ajuda e ao cuidado. E aí está um dos motivos para que a profissão seja tão sofrida o fato de ter mais mulheres por isso não possui tanto prestígio social.

Por isso a profissão precisa superar a ideologia da divisão sexual do trabalho, construída socialmente, pois isso não é fato natural, ou seja, biológico. Se reforçarmos esses discursos enquanto categoria profissional estará reforçando também o poder ideológico do patriarcado.

Percebe-se que na prática muito dessas garantias não se concretizam, como é o caso do Brasil na era Temer, onde nos encontramos em diversos retrocessos.

3.2 Saúde das trabalhadoras: problemas, dilemas e desafios

De acordo com dados do Ministério da saúde, a partir da série de textos básicos de saúde (2010) a saúde das mulheres muitas vezes é determinada pela sua condição de trabalho.

As mulheres trabalhadoras rurais estão mais expostas a diversos agravos à saúde esses estão diretamente relacionados à



condição de trabalho, pois algumas substâncias químicas como agrotóxicos e outras podem causar sérios danos à mulher, não que o homem também não sofra, mas algumas questões referente à mulher deve ser levadas em consideração, principalmente quando se trata dos seus direitos sexuais reprodutivos, porque tais substâncias podem causar: abortamentos e malformações fetais, assim como desenvolvimento de células cancerígenas.

Essa realidade comprova que as péssimas condições de trabalho influenciam nas condições de vida e de saúde das mulheres, individual e coletivamente.

Um dos principais problemas que as mulheres sofrem no mercado de trabalho é com sua saúde reprodutiva, levando em consideração também que a mortalidade materna ainda é um dos grandes flagelos a que a mulher está sujeita. Segundo dados do Ministério da saúde elas são as maiores vítimas do HIV e DSTS.

Por isso se faz necessário uma assistência a saúde reprodutiva, pois diariamente assistimos casos de mortes e de péssimo atendimento pelo SUS as mulheres no momento do parto, no qual se caracteriza como sendo desumano, de baixa qualidade e muitas vezes discriminatórios.

Essa dura realidade foi retratada pela revista toques de saúde nº 6, organizada pela cunha coletivo feminista em maio de 2008. Essa publicação apresentou algumas realidades da mortalidade materna no Brasil e na Paraíba, apontando para descasos dos profissionais de saúde, em torno da mortalidade materna que poderiam ser evitadas.

Um desses casos foi à morte de Edvania Texeira de Oliveira que morreu aos 30 anos, decorrente de pressão alta, que poderia ter sido controlada no pré-natal, já que muitos dos fatores que levam a pressão alta é a alimentação desqualificada, a falta de ingestão de líquidos.

A mesma trabalhava em uma fábrica e a médica da fábrica não deu seu atestado para o afastamento do trabalho, fazendo com que o problema se agravasse, resultando em uma eclampsia e posteriormente sua morte.

Casos como esse de Edvania revelam a necessidade de olhar com mais atenção para a mulher trabalhadora, levando em consideração todas as especificidades da mulher e da sua sobrecarga de trabalho com sua dupla, tripla e quádrupla jornada de trabalho.

Por isso é que partimos da compreensão de que a saúde está associada a diversos



fatores, tais como: políticos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, biológicos. Estes fatores influem diretamente na saúde das mulheres e por isso tendo por base a constituição federal de 1988 de que a saúde é direito fundamental ele deve ser analisado a partir de todas as considerações que incluem essas particularidades das mulheres.

É nesse sentido que a saúde também é uma das bandeiras de luta do movimento de mulheres tal como afirma Alves (1983):

O movimento de mulheres é um movimento vivo e criativo que busca expressar-se através das mais diversas formas, fugindo aos aspectos autoritários de organização do mundo masculino como a discriminação da mulher perpassa todas as instituições e todos os elementos da nossa cultura, as frentes de luta são variadas, porque visam uma mudança ideológica profunda (p. 135).

O campo da saúde é então um espaço de luta do movimento de mulheres “uma dessas formas de descobertas de si e das outras, de globalização, coletivização e experiência individual” (ALVES, 1983, p 136).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos com esse trabalho que é necessária uma ampliação dos programas e ações integradas de promoção e atenção a saúde das mulheres, com a participação de gestores e profissionais das mais diversas áreas da saúde em parceria com os movimentos sociais de mulheres, ou seja, ações intersetoriais que fortaleçam essa demanda, por entendermos que essa política pública só tem sentido no conjunto das políticas mais gerais.

Dessa forma, é preciso considerar importante a qualificação profissional dos/das profissionais da saúde para o enfrentamento dessa situação, tendo em vista que muitas sentem dificuldades na abordagem de questões relativas às questões em torno da categoria gênero.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Branca Moreira. **Recuperando o nosso saber**. In: Projeto mulheres em movimento, Rio de Janeiro: Editora marco zero, 1983.

ALAMBERT, Zuleika. **Mulher uma trajetória épica**. São Paulo: Imprensa oficial, 1997.



ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero.** Crítica Marxista, São Paulo, BOITEMPO, v.1, n. 11, 2000, p. 65-70.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** 7 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil- colônia.** Rio de Janeiro: Edunb, 1993.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado.** Tradução de Leandro Konder. 2.ed. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MATOS, Marlise. **Teorias de gênero ou teorias e gênero?** Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n.2, ago. 2008.

NETTO, J.P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Temporalis, n. 3 Brasília: ABEPSS/ Grafile, 2001.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo.**

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

REFERÊNCIAS

_____. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher.** In: São Paulo em Perspectiva. v.3. n. 4. out-dez/1999.

_____. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.



II CONBRACIS
II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde



(83) 3322.3222
contato@conbracis.com.br
www.conbracis.com.br



II CONBRACIS
II Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde



(83) 3322.3222
contato@conbracis.com.br
www.conbracis.com.br